

# Um Futuro Verde para a Europa

Adoptado conforme alterado pelo  
Congresso do Partido Verde Europeu  
Genebra, 14 de Outubro de 2006

## Índice

A nossa Perspectiva Europeia .....	2
1. O ESTADO DA U.E. ....	2
2. A NOSSA VISÃO POLÍTICA VERDE SOBRE O FUTURO DA EUROPA.....	4
Um Projecto de Paz .....	5
Um Futuro Sustentável .....	5
Consolidação do nosso Modelo Social Europeu .....	5
Direitos do Consumidor e Protecção da Saúde .....	6
Uma Visão Económica Verde para a Europa .....	6
Um Jogador global para uma Globalização mais justa.....	6
Democracia, Diversidade, Migração e o Estado de direito .....	7
3. UMA ARQUITECTURA DEMOCRÁTICA PARA UMA UE OPERANTE .....	7
Parlamento Europeu .....	8
Parlamentos Nacionais .....	8
Subsidiariedade.....	8
Partidos Políticos .....	9
Tribunal de Justiça.....	9
Participação Directa dos Cidadãos .....	9
4. FUTURO ALARGAMENTO DA UE .....	9
5. (COMO) IREMOS NÓS CONSEGUIR UM TRATADO CONSTITUCIONAL EUROPEU? .....	10
6. TORNAR A EUROPA MAIS VERDE .....	12
A Europa enquanto Projecto de Paz .....	12
Criação de um Futuro Sustentável.....	14
Consolidação do Modelo Social Europeu .....	15
Direitos do Consumidor e Protecção da Saúde .....	17
Uma visão económica Verde para a Europa.....	18
A Europa enquanto Actor para uma Globalização justa.....	20
Democracia, Diversidade e o Estado de direito.....	22
Migração .....	22
Justiça .....	23
CONCLUSÃO.....	24

## ***A nossa Perspectiva Europeia***

Para os Verdes a Europa sempre significou mais – quer em termos geográficos, quer em termos políticos – do que a União Europeia. Desde o início da Coordenação Europeia dos Partidos Verdes em 1983 que sempre contámos com partidos verdes dentro e fora da União Europeia, enquanto nossos partidos membros. Presentemente, o nosso Partido Verde Europeu inclui 35 partidos em 31 países. E, especialmente em termos de globalização, os problemas ambientais e sociais não começam nem acabam nas fronteiras dos países membros da UE. Para nós, ver os Verdes a construir um muro e a fechar os olhos ao que acontece lá fora não é uma opção. Nós, os Verdes, vemos a Europa como um projecto de paz e reconhecemos que o alargamento constitui um dos principais meios para consegui-lo.

A necessidade cada vez maior de justiça social, em particular no que toca ao emprego e às perspectivas futuras para a juventude, à debilitação dos direitos humanos e dos direitos do cidadão em tempos de terrorismo, à influência cada vez maior do crime organizado, ao retrocesso nuclear, bem como à deterioração dos critérios ecológicos e naturalmente ao impasse ao nível institucional da UE são, entre outras coisas, uma grande preocupação para os Verdes de toda a Europa – dentro e fora da UE.

Para os Verdes, a União Europeia teve e ainda tem um grande objectivo: construir, após séculos de guerra e de conflito, uma paz duradoura e uma cooperação entre os povos deste continente e, após séculos de colonização, ter um impacto positivo sob a política global. O segundo aspecto, em particular, não foi, na opinião dos Verdes, alcançado de forma satisfatória. Assim, o ponto central do presente documento incide sobre a preocupação e sobre as matérias urgentes que os Verdes observam ao nível da União, uma vez que o estado e a política da União Europeia têm uma influência decisiva não apenas sobre o que acontece no seio da União Europeia mas também sobre o desenvolvimento de outras partes da Europa, bem como sobre outros continentes.

## **1. O ESTADO DA U.E.**

A União Europeia é um caso de sucesso histórico. Nunca na história europeia tantas nações gozaram de paz durante tanto tempo. Em muitos e abrangentes aspectos, a UE desempenhou um papel decisivo na evolução política e económica, social e ambiental da Europa. A UE contribuiu para a reunificação da Europa. Foi um actor positivo na promoção de soluções pacíficas para conflitos internacionais que estavam em curso. Ao construir um consistente quadro de política ambiental, a UE tornou-se um precursor internacional na transição para uma sociedade ecologicamente sustentável, embora haja ainda muito trabalho a fazer. O projecto de alargamento da UE conduziu à estabilização democrática da região europeia. A UE, na sua promoção dos direitos humanos e das minorias, nas suas políticas atinentes à anti-discriminação e à igualdade de género, escolheu um caminho progressivo. A integração na UE conduziu à redução das disparidades económicas entre os diferentes países europeus, embora sem encontrar uma solução que pudesse resolver a questão das desigualdades dentro das fronteiras da Europa.

Contudo, presentemente, a UE, enquanto um projecto de pessoas e de Estados, encontra-se numa crise política. Isto tornou-se claro com o resultado do referendo na Holanda e na França.

Actualmente, o debate acerca da UE é dominado por duas perspectivas que não são necessariamente antitéticas. Por um lado, há um forte cepticismo relativamente à UE, à sua falta de transparência democrática, à sua burocracia e relativamente ao que é entendido como a predominância de políticas económicas neo-liberais na UE. Isto combina-se com um receio, partilhado por muitos, de perda de controlo sobre as suas próprias vidas. Por outro lado, as pessoas esperam que a UE possa defender o “modelo social europeu” com elevados padrões sociais, ambientais, de consumo e outros padrões e possa protegê-los dos efeitos negativos da globalização económica. No que toca à primeira perspectiva, a UE foi longe demais e no que toca à segunda não fez o suficiente. Ambas, contudo, reconhecem que a UE não está a funcionar nem a apresentar resultados como deveria.

A seguir à paralisação do processo de Constituição, a recente redução do orçamento global da UE imposta pelos Estados Membros no âmbito das perspectivas financeiras para 2007-2013 revelou a profundidade da crise. A UE está confrontada com problemas estruturais e com deficiências que necessitam de ser resolvidos. A UE terá de encontrar uma nova definição do seu papel num contexto político de apoio crescente a ideologias conservadoras e até nacionalistas em diferentes países membros.

A UE está actualmente a pagar um preço elevado pelos anos de falta de coragem política e pela falta de visão de muitos dos líderes políticos dos seus Estados Membros. A forma como está organizado o processo de tomada de decisão e a distribuição dos poderes entre os diferentes níveis de tomada de decisão numa UE com 25 Estados Membros é problemática. Os governos nacionais podem ainda bloquear decisões importantes que seriam um passo em frente no processo de integração que representa avanços para o ambiente, para a sociedade e para a vida dos cidadãos. A escolha pelo alargamento foi insuficientemente acompanhada por uma consolidação da sociedade civil, pelos procedimentos democráticos e pelas instituições. Os Tratados de Amesterdão e de Nice perderam oportunidades importantes para melhorar o funcionamento da UE.

A UE é confrontada com um défice democrático a níveis diferentes. Em vários países, os políticos nacionais utilizam a UE como bode expiatório para as suas próprias decisões e políticas. Aspectos ou domínios importantes da tomada de decisão a nível europeu escapam ao controlo democrático ao nível nacional ou europeu e permanecem firmemente nas mãos dos governos e das administrações dos Estados Membros. A divisão de competências entre os diferentes níveis contribuiu para o facto da UE tentar fazer demasiado nalguns domínios e poder fazer muito pouco noutros. O resultado do referendo revelou que muitas secções da população europeia não se revêem nas políticas seguidas em nome da UE. Aos olhos de muitos cidadãos europeus a UE tem, tal como muitos governos nacionais, escolhido um caminho de competição ao invés de cooperação; caminho esse que conduziu a uma alienação dos elementos positivos do processo de integração europeu. Demasiados cidadãos europeus têm a impressão de não poderem influenciar o que acontece na UE, enquanto que fortes lobbies económicos têm efectivamente um acesso directo ao processo de tomada de decisão.

Na sua estrutura e funcionamento, a UE favoreceu e investiu num modelo de desenvolvimento competitivo dirigido pelas leis do mercado em detrimento da promoção de um Modelo Europeu de solidariedade. O contraste entre, por um lado, a “lei dura” das regras monetárias e, por outro lado, a “lei suave” do método aberto de coordenação em políticas sociais é insustentável. Se o projecto europeu quiser convencer os cidadãos, este impasse tem de ser resolvido.

Os argumentos utilizados por um grupo cada vez maior de políticos no debate sobre o alargamento são preocupantes. Não se pode querer um alargamento amplo e ao mesmo

tempo não desejar investir o capital necessário. Pensar que a solidariedade pode ser adiada ou evitada é uma estratégia perigosa que pode conduzir a vantagens políticas (nacionais) a curto prazo mas que pode levar-nos a pagar um elevado preço político a longo prazo, por exemplo, no que diz respeito a questões de segurança. É igualmente importante que a UE observe com mais atenção os vencedores e os perdedores das políticas actuais (por exemplo, a Política Agrícola Comum) e corrija os procedimentos e as normas que levam a uma distorção dos mecanismos de solidariedade entre os membros da UE.

A crise no projecto europeu pode em grande medida dever-se a problemas mais fundamentais de globalização. O modo como está organizado o processo de globalização conduziu a um receio fortemente enraizado entre os cidadãos. As 'certezas' sociais estão a evaporar, juntamente com a confiança que os cidadãos haviam depositado nas suas instituições. O principal processo de globalização económica necessita de uma resposta política mais forte. Os políticos europeus não parecem ser capazes de convencer os seus cidadãos do valor acrescentado da UE nesta matéria. Aos olhos de muitos, a UE parece ser um motor de um processo de globalização negativo ao invés de ser a solução para muitos dos problemas captados pelos cidadãos. Isto tornou-se claro na discussão acerca, por exemplo, da 'Directiva de Serviços Bolkenstein' neo-liberal, da directiva de serviços portuários, da directiva do tempo de trabalho, da pressão exercida pela Comissão no sentido de abrir o mercado a Organismos Geneticamente Modificados.

Mas, mais fundamentalmente, os efeitos de um estilo de vida insustentável não podem mais ser ignorados ou 'exportados' para o outro lado do mundo ou para as gerações futuras. Até recentemente, os países ricos da Europa (Ocidental) foram bem sucedidos no que tocou a manter afastado dos seus territórios os efeitos negativos da globalização. Tal já não acontece. Apenas uma escolha pela justiça ecológica, o que significa que estes mesmos países europeus terão de reduzir drasticamente os seus rastros ecológicos como uma pré-condição para um desenvolvimento justo e sustentável de outras partes do mundo, pode abrir as portas a um futuro mais seguro e mais justo.

## **2. A NOSSA VISÃO POLÍTICA VERDE SOBRE O FUTURO DA EUROPA**

Precisamos, com efeito, de uma UE bem integrada do ponto de vista político e económico enquanto actor indispensável em áreas políticas essenciais e para metas verdes essenciais. Queremos que essas áreas sejam definidas claramente. E queremos assegurar que estruturas de tomada de decisão eficazes, transparentes e democráticas sejam estabelecidas de modo a alcançar esses propósitos. Existem também áreas nas quais seria preferível que a tomada de decisão ocorresse a nível nacional, regional ou local.

Para nós, os Verdes, a UE é um projecto de paz e um actor internacional para a paz e para os direitos humanos. A UE tem de tomar uma posição para um futuro sustentável. A UE deveria salvaguardar o nosso modelo social europeu. A UE deve reforçar os direitos do consumidor e a protecção da saúde. A aspiração económica da UE deveria ser inspirada numa visão económica verde baseada numa redefinição da economia assinalada através de princípios ecológicos e sociais. A UE deve redefinir os seus objectivos económicos de modo a que seja dada prioridade à protecção do ambiente e ao bem comum das pessoas e não aos interesses privados. A UE deveria tornar-se um actor global para uma globalização justa. A UE deve defender a democracia, a diversidade, a igualdade a todos os níveis e o Estado de direito.

## ***Um Projecto de Paz***

A paz na UE tornou-se “normal”, o que é um sucesso histórico para a UE. O recente alargamento e a reunificação europeia solidificam o papel da UE enquanto defensor da paz. A UE deve também desenvolver uma nova política de vizinhança para implementar as suas obrigações que vão no sentido de construir uma base sólida para a segurança comum com todos os vizinhos que não irão aderir à UE. A solidariedade, expressa em instituições democráticas mais fortes e eficientes, é essencial se desejarmos paz, justiça e segurança para as gerações presentes e futuras. A comunidade internacional também espera que a Europa desempenhe um papel global para a paz e para os direitos humanos. Um mundo multipolar com um país enquanto “xerife” não é um mundo seguro, como também não o é um mundo de conflitos multipolares. Os países europeus devem unir-se de modo a alcançar sucesso com base no multilateralismo, sendo dada prioridade à prevenção, ao desarmamento e à resolução de conflitos sem recorrer a meios militares.

## ***Um Futuro Sustentável***

O estabelecimento de padrões ambientais relativamente elevados na UE, muito embora longe da perfeição, é uma das suas histórias de sucesso. A UE deveria ser o lugar onde um futuro sustentável e justo toma forma. Cabe à UE fazer sistematicamente escolhas verdes em matérias ambientais, energéticas, de transporte, agrícolas, dos consumidores e científicas. A política ambiental também é política de inovação económica e cria postos de trabalho e oportunidade económica. Investir numa sustentabilidade ecológica é um investimento na justiça e na segurança. Necessitamos, por conseguinte, de metas e de instrumentos políticos ambiciosos de modo a limitar as alterações climáticas, a criar um estrutura de transportes sustentável, a preservar e a consolidar a biodiversidade, a desenvolver uma agricultura sustentável, tomando em consideração a perspectiva global verde e de modo a prestar apoio a uma política de investigação visando um desenvolvimento mais sustentável.

## ***Consolidação do nosso Modelo Social Europeu***

A maioria dos Europeus apoia a tradição social europeia, a qual valoriza em muito a justiça social, os serviços públicos, a justiça de género, os direitos do trabalhador e dos consumidores e a protecção do ambiente e da saúde. Manter esta tradição viva num mundo cada vez mais competitivo não pode continuar a ser feita apenas a nível nacional. Com vista a salvaguardar esta tradição e a fazer com que esta evolua para um modelo social europeu comum, devemos aprender com as diferentes experiências nacionais. A força da UE será necessária para contrabalançar a necessidade de uma inovação, de uma eficiência e de uma competitividade acrescida com os valores do modelo social europeu. Também não é nosso desejo isolar a Europa do resto do mundo. Também não queremos seguir nem exportar um estilo de vida que tanto peso tem sobre o nosso planeta. Lidar com o desafio ambiental é, por conseguinte, uma questão de justiça social nas nossas próprias sociedades, bem como no mundo.

## ***Direitos do Consumidor e Protecção da Saúde***

Não importa se se trata ou não da gripe das aves ou da dioxina, em tempos de crise, os consumidores esperam que a UE desempenhe um papel na protecção dos seus direitos, bem como do seu modo de vida. Garantir os direitos dos consumidores num mercado aberto é igualmente importante, por exemplo, sempre que os consumidores querem comida segura, livre de Organismos Geneticamente Modificados. A UE é um instrumento indispensável para a protecção do consumidor e da saúde – um papel que os Estados Membros por si sós não podem continuar a desempenhar eficazmente. O princípio preventivo deve ser aplicado por toda a cadeia alimentar e normas claras sobre a responsabilidade devem ser também estabelecidas no que toca aos OGMs. Uma verdadeira política europeia sobre todas as matérias aqui mencionadas irá exigir um poder executivo decidido e resolutivo que desafie a pressão exercida pelas empresas e pelos governos internacionais, se necessário, e que coopere com os países em vias de desenvolvimento com vista a mudar as normas nos órgãos internacionais.

## ***Uma Visão Económica Verde para a Europa***

A competitividade deveria ser definida em conformidade com princípios de interesse geral, em particular, com a protecção ambiental e a coesão social. Para os Verdes, o progresso partilhado na prosequção do interesse geral e, em particular, a protecção ambiental e a coesão social está antes da competição e da competitividade.

Um ponto central Verde da nossa política económica é a nossa estratégia de redução da dependência de combustíveis fósseis, em particular, a dependência do petróleo e de garantia de um sistema de energia sem nuclear. Seguimos um caminho de inovação que combina a eficiência energética, a poupança energética e o desenvolvimento de energias renováveis. Para os Verdes, a diminuição gradual da tecnologia nuclear civil e militar é uma prioridade absoluta. De modo a resolver o problema dos fornecimentos energéticos, necessitamos de alterar os nossos estilos de vida e modelos de consumo. A UE deve desempenhar um papel mais activo nesta área política. Com um mercado único e o Euro como moeda única para a maior parte dos Estados Membros, uma maior cooperação política e económica europeia é indispensável e, nem a sustentabilidade ecológica, nem a coesão social é exequível sem ela. Parar com a competição contributiva nociva faz parte desta tarefa.

## ***Um Jogador global para uma Globalização mais justa***

Necessitamos que a UE seja um actor global forte que promova a globalização com base na solidariedade e naquilo que seja ecologicamente sustentável. Os Verdes defendem o comércio justo. Apoiamos a introdução de uma taxa do tipo Tobin a nível europeu. Queremos que a EU coopere com os países em vias de desenvolvimento e com os poderes emergentes na promoção de um desenvolvimento sustentável, com a participação da sociedade civil. A globalização dos fluxos de capital também requer a globalização da política democrática. Isto implica um papel mais forte para a ONU, o Estado de direito internacional e o apoio da justiça internacional.

## ***Democracia, Diversidade, Migração e o Estado de direito***

Não há dúvidas de que a União Europeia ainda tem de melhorar em termos de procedimentos democráticos. Contudo, a UE desempenhou e continua a desempenhar um papel importante na salvaguarda e na exigência de procedimentos e instituições democráticos nos seus Estados Membros, bem como no fortalecimento do papel das mulheres na sociedade. Este efeito positivo é uma realidade, quer para os Estados que já eram membros, quer para os novos Estados Membros. O Tribunal Europeu, a Carta dos Direitos Fundamentais, o Provedor de Justiça Europeu e o procedimento de denúncia são instrumentos importantes para os cidadãos de modo a que estes protejam os seus direitos. As minorias históricas, culturais, étnicas e linguísticas devem ser reconhecidas pelos Estados Membros da UE. A UE tem também de coordenar os seus Estados Membros na luta pelos direitos humanos, especialmente contra o racismo, a homofobia, a xenofobia, a discriminação com base na idade, o anti-islamismo, o anti-semitismo, bem como na protecção das normas humanitárias para refugiados, na regulação para a integração de imigrantes e no Estado de direito, na luta contra o terrorismo internacional e contra o crime organizado. Deve ser dada uma atenção especial aos Roma, uma vez que estes são objecto de discriminação, de facto ou de direito, em várias partes da Europa.

### **3. UMA ARQUITECTURA DEMOCRÁTICA PARA UMA UE OPERANTE**

A Europa deve redefinir a democracia no contexto supranacional, sendo a União uma entidade de partilha de soberania de tipo próprio que reúne elementos de uma organização internacional e de um sistema integrado. Exerce directamente as competências que lhe foram confiadas mas não é ainda reconhecida enquanto democracia totalmente legítima pelos seus cidadãos. O Tratado Constitucional Europeu pode apenas encontrar uma resposta parcial para o défice de democratização da União e devemos continuar a empenharmo-nos com vista à criação de um quadro constitucional estável para a UE.

O objectivo comum das constituições de todos os Estados Membros é o de ligar qualquer exercício de poder aos direitos civis e fundamentais garantidos; à legitimidade democrática; à separação de poderes entre as esferas governamentais legislativa, executiva e judicial; à separação entre a religião e o Estado; à natureza pública da legislação; ao controlo judiciário governamental e parlamentar de todas as acções; e à preservação do Estado de direito. Todos estes princípios basilares de uma ordem democrática deveriam ser identificáveis também ao nível da União Europeia. Não podem ser implementados mediante um sistema de tomada de decisão fundado na cooperação intergovernamental.

Necessitamos de um tratado constitucional ambicioso e coerente. Para além da Carta dos Direitos Fundamentais, nós, os Verdes, focamo-nos em direitos parlamentares fortes, na subsidiariedade, nas garantias judiciais, na iniciativa dos cidadãos e no referendo europeu enquanto elementos essenciais da nova ordem constitucional na qual nós nos envolvemos. Nós, os Verdes, reiteramos o nosso compromisso por uma democracia parlamentar consolidada, pela transparência e pelo Estado de direito, pelos direitos fundamentais firmados,

pela iniciativa dos cidadãos e pelo referendo europeu enquanto elementos essenciais do acordo constitucional futuro.

## ***Parlamento Europeu***

Todos os actos legislativos da UE deveriam ser adoptados, conforme originalmente propostos pela Convenção, em público, pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho Legislativo. Relativamente à Política Externa e de Segurança Comum, o Parlamento Europeu deveria ter o poder de dar orientações vinculativas e de co-decidir o orçamento atribuído. O papel do Parlamento Europeu tem de ser reforçado durante a negociação e a aprovação dos Tratados Internacionais. Enquanto um ramo da legislação, o Parlamento Europeu terá, juntamente com a Comissão, o direito de iniciativa no tocante à legislação europeia. De modo a impedir que os Estados Membros individuais bloqueiem continuamente a União através de um veto, o Conselho Legislativo decidirá de todas as matérias de legislação comum por maioria qualificada.

O Parlamento Europeu e o Conselho Legislativo têm um direito igual no que toca ao controlo do exercício dos poderes de implementação da Comissão. O mandato da Comissão ficará ligado ao período legislativo do Parlamento Europeu. O Presidente da Comissão será eleito pelo Parlamento Europeu e aprovado pelo Conselho Europeu. A Comissão, incluindo o Ministro dos Negócios Estrangeiros e cada um dos seus membros individuais serão responsáveis perante o Parlamento Europeu. O Presidente da Comissão terá uma total autoridade geral *vis-à-vis* os seus colegas.

## ***Parlamentos Nacionais***

Os Parlamentos nacionais têm de desempenhar um papel forte e activo na vida política da UE. O seu envolvimento bem sucedido no decurso do processo de legislação da UE é a chave para uma transparência cada vez maior e para uma aceitação pública mais ampla por parte dos cidadãos. O envolvimento bem sucedido não deve restringir-se ao controlo político das acções dos seus governos na arena europeia. Devem desempenhar um papel activo na implementação do princípio da subsidiariedade. O seu papel europeu deveria começar com análises antecipadas e com pareceres e – no caso de uma directiva – acabar com uma transposição elaborada e oportuna a nível nacional. Devem igualmente participar nas assembleias constituintes nas quais sejam introduzidas alterações numa qualquer revisão constitucional significativa.

## ***Subsidiariedade***

A democracia na UE manifesta-se a diferentes níveis: cidades e municípios; regiões; Estados-membros e a União comum. A subsidiariedade é um princípio básico da União Europeia. Contudo, os Verdes Europeus advertem contra a tendência actual de identificar o conceito da subsidiariedade com o conceito de re- -nacionalização geral. A legislação da UE deve estar em plena concordância com o princípio da subsidiariedade. Dada a sua própria natureza, o Conselho Legislativo – sendo uma câmara dos Estados – terá uma responsabilidade política especial no sentido de preservar a subsidiariedade. O Tribunal de Justiça é competente para decidir dos recursos que contestam a implementação do princípio da subsidiariedade ou dos

conflitos de competências entre as instituições da UE, os Estados Membros e as regiões constitucionalmente reconhecidas dos Estados Membros.

### ***Partidos Políticos***

Os partidos europeus devem desempenhar um papel importante na promoção da integração política europeia. Nós, os Verdes, somos a favor de listas transnacionais. 10% dos assentos para o Parlamento Europeu deverá ser atribuído a listas pan-UE. Assim, nas eleições europeias, cada cidadão tem direito a dois votos, um para um partido nacional, um para um partido europeu. Os partidos europeus podem decidir nomear o seu respectivo candidato cabeça de lista para a presidência da Comissão. Isto aumentaria a relevância das eleições europeias.

### ***Tribunal de Justiça***

O Tribunal de Justiça Europeu será igualmente o tribunal constitucional da União. A aplicação global da legislação da União estará sujeita à sua jurisdição, incluindo os direitos humanos. A possibilidade de recorrer ao Tribunal de Justiça deveria ser grandemente melhorada, de modo a incluir cidadãos cujos direitos são violados e acções colectivas de ONGs ambientais e sociais. Todo o acto no âmbito dos Tratados ficará sujeito à sua jurisdição. Todos os membros do Tribunal de Justiça Europeu devem ser confirmados pelo Parlamento Europeu após a realização de audiências.

### ***Participação Directa dos Cidadãos***

A participação dos cidadãos europeus no processo de tomada de decisão será garantida através da inclusão de um direito de iniciativa dos cidadãos, bem como através de um referendo europeu. Uma proposta de lei com pelo menos um milhão de assinaturas obtidas de um determinado número de Estados Membros poderá ser enviada à Comissão de modo a que esta tome uma iniciativa legislativa, contanto que esta última seja compatível com a Constituição e, em particular, com a Carta dos Direitos Fundamentais. Esta iniciativa dos cidadãos não prejudica o direito de iniciativa do Parlamento Europeu e da Comissão mas obriga ambas as instituições a agir ou, caso decidam não seguir a exigência da petição por uma maioria qualificada, a explicar publicamente as razões dentro de um prazo razoável.

## **4. FUTURO ALARGAMENTO DA UE**

O alargamento da UE, dos 6 iniciais para os actuais 25, foi um sucesso – contudo, sem solução para a presente crise constitucional da UE, não haverá futuro alargamento da UE para além da Bulgária e da Roménia, dados os obstáculos legais apresentados pelo Tratado de Nice.

A UE manteve-se justamente fiel aos seus compromissos para com a Croácia e a Turquia. Acolhemos o início das negociações para a integração com estes dois países. Sempre

deixámos claro onde é que víamos defeitos nas reformas destes países e iremos certamente continuar a ser apoiantes de confiança, embora críticos, de ambos os países. O processo das negociações para a integração, dada a sua própria natureza, é aberto-fechado, mas a integração é o objectivo. Tal como no passado, as decisões de adesão por parte da Suíça, da Noruega e da Islândia, seriam, para nós, bem vindas.

A perspectiva europeia para os Balcãs Ocidentais deve ser mantida com firmeza: a estabilização e a paz nos Balcãs devem continuar a ser tidas enquanto uma prioridade essencial para a UE nos anos que se seguem. Desejamos, por conseguinte, que a UE tenha uma estratégia comum para a região. O nível de cooperação regional entre os países dos Balcãs Ocidentais é uma indicação importante do seu estado de preparação para a integração na UE, mas cada país deve, em definitivo, ser julgado sobre os seus próprios méritos e negociar a sua adesão em conformidade com um calendário individual.

Actualmente, um possível início de conversas de adesão com a Ucrânia ou até com outros países da Europa oriental fica para lá do horizonte histórico. Resta saber se tal irá alterar-se nos próximos 25 anos. Existe uma perspectiva europeia para a Ucrânia, para a Bielorrússia e para a Moldávia. Ver-se-á qual será, a um prazo bem longo, a perspectiva de tempo para estes países, dependendo também do progresso substancial das reformas institucionais da UE. Entretanto, a UE não deveria hesitar em reforçar a cooperação com estes países.

Para os Verdes, os critérios estabelecidos em Copenhaga, em 1993, são as referências centrais para o estado de preparação de qualquer candidato à entrada na UE. Tais critérios não são negociáveis.

## **5. (COMO) IREMOS NÓS CONSEGUIR UM TRATADO CONSTITUCIONAL EUROPEU?**

Nós, os Verdes, estamos convictos de que a União Europeia necessita, hoje mais do que nunca, de um acordo constitucional que reforce a democracia parlamentar, a transparência e o Estado de direito, que proteja os direitos fundamentais, que desenvolva a cidadania e que desenvolva a capacidade da União em agir eficazmente, quer a nível interno, quer externo.

Do nosso ponto de vista, a União Europeia necessita de relançar o processo constitucional – ao mesmo tempo que melhora radicalmente o seu desempenho político. A democratização e as medidas complementares visando o estabelecimento de um tratado constitucional europeu têm de estar de mãos dadas com uma alteração da orientação política da União mediante a adopção de iniciativas e de normas políticas que respondam adequadamente aos receios e às necessidades da população. Isto implica resolver, entre outros, os problemas enfrentados pelas pessoas nos domínios social, económico, energético e ambiental. A aceitação da UE apenas será reforçada se os cidadãos sentirem que a UE não está unicamente concentrada em concluir o mercado único mas também em encontrar o instrumento mais adequado a responder aos desafios actuais.

Durante o processo contínuo de ratificação, tornou-se óbvio que as partes substanciais da Constituição não eram verdadeiramente controversas. A Carta dos Direitos Fundamentais, a maior parte da primeira parte e uma série de inovações na terceira parte da Constituição foram

alvo de pouco ou nenhum criticismo durante o processo de ratificação. Além disso, é necessário encontrar um largo consenso relativamente a melhorias específicas, tais como o reforço das iniciativas dos cidadãos, a introdução de um referendo europeu, a reparação da contradição entre objectivos sociais.

Não acreditamos na solução actualmente proposta pelos Conservadores e pelos Sociais Democratas com base na incorporação de um protocolo para cada país que tenha rejeitado a Constituição, supondo que tal permita ultrapassar o impasse ocasionado pelos referendos que tiveram lugar na França e na Holanda e nos quais se votou contra a Constituição. Uma crise constitucional com a dimensão com a qual estamos confrontados não pode ser ultrapassada seguindo os precedentes da solução encontrada para ultrapassar no passado os referendos que tiveram lugar na Dinamarca e/ou na Irlanda e nos quais se havia votado contra a Constituição.

Ao mesmo tempo, rejeitamos todas as propostas que vão no sentido de continuar com o actual Tratado de Nice, adaptando-o apenas com vista a torná-lo operante no caso das negociações de adesão com a croácia e com outros países dos Balcãs serem concluídas.

Os Verdes estão convictos de que iremos necessitar de uma nova Convenção de modo a ultrapassar a actual barricada. Deveria assentar nas bases estabelecidas pela 1.<sup>a</sup> Convenção. Rejeitamos, por conseguinte, qualquer tentativa de reiniciar as negociações relativas a um novo tratado a partir do zero.

Estamos em crer que o Tratado Constitucional, tal como está, pode e deve ser melhorado. A Convenção deve receber um mandato claro que deveria incluir o retirar da parte relativa à política (parte III) da Convenção e o estabelecimento de uma distinção clara entre as cláusulas de revisão para a Constituição (aproximadamente partes I, II e IV) e o Tratado (aproximadamente parte III). A nova Convenção poderia ser preparada após a eleição francesa e sob a Presidência da Alemanha. Um compromisso político forte para utilizar todas as possibilidades da nova Convenção de modo a valorizar a dimensão social também deveria fazer parte do resultado do processo. Representantes da sociedade civil deveriam ser incluídos no trabalho da nova Convenção. A parte constitucional apenas poderá ser chamada de “constituição” se for concisa e de leitura interessante, se contiver direitos fundamentais vinculativos e se introduzir uma arquitectura democrática.

O Tratado Constitucional, alterado em conformidade com as nossas propostas, isto é, o resultado genuinamente constitucional do trabalho da Convenção, deverá ser ratificado num referendo pan-UE por dupla maioria, paralela às próximas Eleições Europeias de 2009. As modalidades exactas deveriam ser decididas durante a segunda metade de 2008 pela nova Convenção e pelo Conselho Europeu. Os Verdes irão fazer campanha para este referendo por toda a UE.

Estamos convictos de que esta proposta, que apela aos cidadãos europeus que acabem com o impasse, é a melhor forma de ultrapassar a crise constitucional da Europa. Uma decisão constitucional comum que envolva não apenas as instituições políticas da UE mas também o público europeu e todos os cidadãos é a resposta adequada à conduta tacanha nacionalista e às divisões nacionais. Acreditamos fortemente que nada de menos radical poderá funcionar e que os cidadãos europeus, quando chamados a tomar a história dos continentes nas suas próprias mãos, irão fazer a Europa progredir.

Neste contexto, acolheríamos de bom grado iniciativas políticas que promovessem uma cooperação melhorada a nível estrutural com vista a acelerar o processo de integração europeu. Neste contexto, gostaríamos de salientar, contudo, que formas de cooperação melhorada

deveriam promover a prossecução dos objectivos da União, preservar os seus interesses e reforçar o processo de integração e ser acessíveis a todos os Estados Membros a todo o momento. Desejamos também tornar claro que estas formas possíveis de cooperação não deveriam ser implementadas em detrimento dos esforços envidados no sentido de conseguir, sem atrasos indevidos, uma Constituição para a Europa.

## **6. TORNAR A EUROPA MAIS VERDE**

Com vista a melhorar o desempenho da UE, a aumentar a confiança nas instituições europeias e a melhor satisfazer as exigências dos cidadãos da UE, a UE deve avaliar e, sempre que necessário, redirigir as suas políticas essenciais. Tornar a sua orientação mais verde irá ajudar a UE a agir em conformidade com as necessidades efectivas e com as expectativas dos cidadãos. Os Verdes europeus oferecem uma estratégia “verde”, guiada pela nossa visão acerca do futuro da Europa.

Contra os votos dos Verdes, o plano orçamental da UE para 2007-2013 foi adoptado no Parlamento Europeu. Em vez de investir nos recursos humanos e na ciência de modo a atingir o objectivo de se tornar a região mais baseada no conhecimento do mundo, a maioria das verbas continuam ainda a ser atribuídas aos sectores da agricultura e dos fundos estruturais. Nós, enquanto Verdes, temos de desenvolver uma estratégia a longo prazo para um plano orçamental sustentável que seja orientado para o futuro.

### ***A Europa enquanto Projecto de Paz***

A UE foi baseada num projecto de paz comum a todos os Estados Europeus. Deveria permanecer um projecto de paz no futuro. Os horrores da Segunda Guerra Mundial ensinaram os Europeus a ver o uso da força não enquanto auto-defesa mas enquanto um fracasso. A União Europeia é uma tentativa consideravelmente bem sucedida de substituir a lei do mais forte pela força da lei. Dirimir conflitos sem recorrer à intimidação ou à violência, mas através de normas, da negociação e da jurisdição. Assim sendo, a maioria dos europeus são francos apoiantes das organizações multilaterais, tais como as Nações Unidas e o Tribunal Penal Internacional. São contra a força militar enquanto os meios pacíficos de resolução de conflitos não tiverem sido esgotados. Infelizmente, os cidadãos da UE são mais de uma só opinião do que os seus políticos. Devido a desacordos entre os governos, a UE está demasiadas vezes ausente do palco que é o mundo.

Os Verdes Europeus não concordam com estas divisões paralisantes. Os defeitos e os erros da política externa dos Estados Unidos em lidar com as ameaças que dizem hoje respeito à segurança, tais como o terrorismo, a dispersão de armas de destruição maciça, os Estados falhados, o crime organizado e as alterações climáticas, são demasiado óbvios. A UE, que incorpora e pratica um conceito mais vasto de segurança, deveria assumir uma responsabilidade mais global. As actividades que uniram os países europeus deveriam tornar-

se o poder externo da UE: a diplomacia, o diálogo cultural, o comércio justo, a ajuda ao desenvolvimento e a promoção do direito internacional. A Europa deveria tornar-se uma zona livre de armas nucleares.

O papel da Europa, que ajudou a produzir ou que apoiou alterações institucionais positivas na Irlanda do Norte, na Escócia, no País de Gales, na Catalunha e no País Basco, deve ser reforçado de modo a torná-lo capaz de ajudar a resolver os conflitos internos nos Estados Membros da UE, especialmente quando estes disserem respeito à protecção das minorias e dos apátridas, ajudando, deste modo, a construir um futuro pacífico.

Existe apoio entre os cidadãos europeus para uma política externa e de segurança mais integrada a nível europeu. A Europa necessita do Ministro dos Negócios Estrangeiros previsto na Constituição mas precisa de igual modo de pôr fim aos vetos. O Conselho de Ministros, com vista a promover uma tomada de decisão mais eficaz, deveria pronunciar-se por maioria qualificada sobre as propostas apresentadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da UE. Ao mesmo tempo, a responsabilização do Ministro da UE perante o Parlamento Europeu deveria ser realçado. Deveria ser dado ao Parlamento Europeu o poder de formular orientações vinculativas em matérias de política externa e poderes reais no controlo das políticas externas da UE. Sempre que a UE tiver uma posição comum, o Ministro da UE deverá defender essa posição no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em última análise, a UE deveria ter o seu próprio assento permanente no Conselho de Segurança.

Mesmo enquanto poder civil, a UE necessita dos seus próprios meios militares. São um último recurso sempre que a prevenção de conflitos e a gestão civil de crises falham. A UE não deveria continuar dependente da NATO para a preservação da paz no continente europeu, incluindo nos Balcãs Ocidentais. Tal não exige que se despenda mais capital para meios militares. Exige, isso sim, uma melhor cooperação, uma distribuição clara de tarefas e a harmonização de meios de intervenção militares. Contudo, as armas nucleares, químicas e biológicas não podem nunca fazer parte dos instrumentos militares da UE. As presentes armas nucleares, químicas e biológicas têm de ser banidas.

A UE deveria tomar uma iniciativa pelo desarmamento global, começando por negociações para a remoção do seu próprio território de todas as armas de destruição maciça e a conversão gradual das despesas e dos produtos militares em despesas e produtos socialmente úteis e ambientalmente sustentáveis.

As intervenções militares deveriam sempre ser levadas a cabo em conformidade com a Carta das Nações Unidas com vista a alcançar paz duradoura, não para assegurar o fornecimento de petróleo ou coisa parecida. O Tribunal de Justiça Europeu deveria ter jurisdição sobre a política externa e de segurança da UE. As operações militares deveriam necessitar do consentimento do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais dos Estados Membros participantes e de um mandato das Nações Unidas. Sob nenhuma circunstância deveriam as forças militares da UE ser utilizadas para repelir refugiados ou enquanto força de segurança interna. A UE renuncia à exportação de armamento de modo a promover a paz e o desarmamento e, por conseguinte, como primeiro passo, o Código de Conduta sobre Exportação de Armas da UE deveria ser juridicamente vinculativo e um tratado de comércio de armas deveria ser adaptado. A UE apoia uma Europa livre de armas nucleares e apoia a proibição de armas nucleares em geral. Uma política externa e de segurança comum da UE não deve provocar medo nos vizinhos da Europa ou nos seus próprios cidadãos; deve ajudar a construir uma confiança recíproca.

## ***Criação de um Futuro Sustentável***

A protecção melhorada do ambiente e dos recursos de base é uma das tarefas mais importantes dos líderes políticos europeus. É também uma das principais actividades que os cidadãos da União Europeia esperam da UE. As sondagens do Euro barómetro mostram que mais de dois terços querem que quem toma as decisões atribua às políticas ambientais, económicas e sociais uma importância igual.

Contudo, embora sejam notadas melhorias nalgumas áreas, no balanço, uma pressão sobre o ambiente está a aumentar. Estima-se que a utilização global total dos recursos naturais esteja 20 % acima do que o planeta consegue produzir. O cidadão médio da UE-25 consome mais do dobro da média global.

Isto é claramente insustentável. Devemos reduzir o impacto ambiental dos nossos padrões de produção e de consumo a fim de serem atingidos níveis sustentáveis ou as gerações futuras irão pagar a factura. O consumo de recursos e de serviços ecológicos deve ser partilhado de forma mais equitativa; a alternativa é uma luta reforçada pelos recursos em declínio.

A UE conduziu a melhorias específicas no que toca à protecção ambiental em cada um dos seus Estados Membros. Nalguns países, a maioria das medidas destinadas a proteger o ambiente procedem principalmente da UE. Noutros com um modelo elevado, tendeu a baixar esse modelo.

Perturbantemente, nos últimos anos assistiu-se na UE a uma alteração na direcção errada. Às preocupações ambientais é dada uma prioridade menor do que à “competitividade”, por exemplo, na política relativa aos químicos, aos transportes e à energia. Precisamos de reconhecer que a utilização ecologicamente sustentável dos nossos recursos é, a longo prazo, uma pré-condição para o emprego e para o progresso económico, podendo até melhorá-los a curto prazo.

Em particular, a livre circulação de bens não deve ser objecto de uma prioridade superior à que é dada à protecção do ambiente e da saúde. Isto aplica-se quer no seio da UE, quer nas relações entre a UE e o resto do mundo. Na ausência de salvaguardas ambientais e de competição adequadas, a integração de mercado complementar poderá ter graves consequências, quer para o ambiente, quer para a política ambiental.

Os princípios básicos da política ambiental da UE, o princípio do “poluidor pagador”, o princípio de prevenção e o princípio de rectificação da poluição na origem, são importantes e devem ser implementados. Isto inclui um melhor cumprimento da regulamentação e das normas ambientais da UE. Estes princípios devem ser suplementados pelo princípio de substituição para produtos químicos perigosos, pelo princípio da conservação da biodiversidade e pelo princípio de se manter a utilização de recursos e o impacto ambiental dentro da parte justa de espaço ambiental ou impressão ecológica da Europa.

Tomando em consideração que um dos problemas mais sérios que o mundo enfrenta actualmente é a alteração climática, a UE deve agir de um modo mais forte com vista a parar o aquecimento global. Os instrumentos possíveis poderão ser uma taxa a nível da UE sobre o querosene ou um imposto ecológico europeu.

Devemos apressar-nos a separar o aumento do crescimento económico de um aumento da utilização de recursos e do impacto ambiental. A utilização de recursos e o impacto ambiental devem ser diminuídos em termos absolutos.

A integração de preocupações ambientais e com o bem-estar dos animais noutras políticas da UE, conforme exigido pelo Tratado, deve ser implementado na prática. Uma reforma fiscal ambiental, em particular, é precisa, por meio da qual a utilização de recursos e as pressões ambientais são taxadas e outras taxas ou fontes de financiamento são reduzidas. A política agrícola da UE deveria fazer uma mudança radical em direcção à produção ecológica, ao bem-estar dos animais e ao comércio justo. As subvenções à exportação dos produtos agrícolas estão paradas.

É também urgente diminuir gradualmente as subvenções nocivas para o ambiente. Outras áreas prioritárias para a integração aumentada dos requisitos ambientais nas políticas sectoriais são a investigação, os fundos estruturais, a agricultura, as pescas, os transportes e a energia.

A Euratom precisa de ser jogada fora ou completamente reformada numa agência para uma transformação sustentável do nosso sistema de energia. Os países que desenvolveram a sua riqueza durante a época dos combustíveis fósseis baratos dispõem dos recursos e têm a responsabilidade de desenvolver e de introduzir tecnologia que seja limpa, eficiente e cada vez mais baseada em recursos renováveis. Isto deveria ser um ponto central da investigação e do desenvolvimento a nível europeu.

Podemos atingir o objectivo de uma Europa sustentável com uma qualidade de vida atractiva, mas tal irá exigir uma alteração dos pontos centrais para quem toma as decisões. Irá exigir uma reorientação das políticas, da investigação e dos investimentos, bem como a reconsideração das ideias antiquadas acerca do que é necessário para uma boa vida. O Partido Verde Europeu e os seus partidos membros nacionais irão continuar a trabalhar juntos com vista à adopção de medidas concretas destinadas a conseguir que se atinja este objectivo ao nível europeu, nacional e local.

## ***Consolidação do Modelo Social Europeu***

Apenas se a dimensão social da UE for consolidada e for entendida como tal pelos cidadãos, poderá o apoio público para o processo de integração aumentar.

Para os Verdes, o desenvolvimento sustentável das sociedades europeias abarca inteiramente a dimensão social; não é concebível que a União Europeia possa restringir o seu papel na promoção da Europa enquanto um mercado financeiro e económico integrado, enquanto que ignorando a necessidade de coesão social e de melhoramento da vida e das condições de trabalho dos cidadãos europeus e das pessoas a nível mundial.

Reconhecemos que a maioria dos governos que existem actualmente advogam, explicitamente ou *de facto*, uma União Europeia que funcionaria efectivamente e só enquanto mercado único, fazendo com que os sistemas nacionais de previdência social entrem numa competição desmedida, levando-os (assim como aos sistemas de protecção fiscal e ambiental) a descer em espiral. Os Verdes opõem-se firmemente a este estado de coisas.

Para os Verdes, os sistemas de previdência social, para serem sustentáveis e bem sucedidos, devem ter o apoio generalizado da população que servem e devem, por conseguinte, ser alicerçados nos seus valores partilhados. Atendendo ao facto destes poderem divergir de país para país, sucede, então, que não há nenhum sistema de previdência social “de tamanho único” e que as escolhas em termos de sistemas – e em termos da forma sob a qual estes deveriam ser melhorados e consolidados de modo a suportar a devastação ocasionada por uma forma de globalização que conta com uma combinação de comércio livre e de regimes autoritários (sendo a China um caso a propósito) – deveriam ser deixadas principalmente aos Estados Membros. A cooperação entre estes com vista a alcançar uma maior convergência só pode ser voluntária, mas seria certamente bem vinda. Contudo, isto não implica que a União Europeia não tivesse qualquer papel na política social. Pelo contrário, junto da união monetária, a União Europeia tem de se tornar uma União social. Com efeito, a UE deve enfrentar as contingências ocasionadas pela globalização, ou seja, a competição entre os sistemas nacionais e o enfraquecimento do tecido social europeu.

Primeiro que tudo, a União deve assegurar que as medidas legislativas que toma e as políticas que adopta no domínio económico, financeiro e de comércio mundial não enfraquecem de facto ou impossibilitam as políticas sociais dos Estados Membros. O balanço total das políticas da UE deve ir a favor de considerações sociais e ambientais.

No que diz respeito aos serviços de interesse geral, os Verdes consideram que os serviços públicos, tais como a educação, a saúde e a água, não devem estar sujeitos a mecanismos de mercado. Noutros domínios, especialmente no que se refere a serviços de interesse económico geral, por exemplo, transportes públicos, os Verdes considerarão sempre a possibilidade das autoridades públicas utilizarem mecanismos de mercado, tais como a competição controlada, isto é, concursos públicos competitivos, de forma a gastar de forma eficaz o dinheiro dos contribuintes e, ao mesmo tempo, garantirem um nível elevado de qualidade dos serviços. A escolha entre a liberalização e a não liberalização deveria ser deixada – dando a devida consideração à competição e aos auxílios estatais – ao nível local, regional e nacional apropriado, sem, contudo, permitir vantagens monopolísticas indevidas em mercados que estejam liberalizados; por conseguinte, os Verdes são a favor do princípio da reciprocidade, o que significa que as empresas públicas que tenham contratos públicos de serviços “em casa” não deveriam poder participar na competição em mercados abertos.

Os Verdes estão convictos da necessidade de uma política fiscal europeia comum de modo a travar a competição fiscal fatal entre os Estados Membros. Como primeira medida, os Verdes consideram que a União Europeia deveria estabelecer imposições mínimas de tributação económica, de capital e ambiental, evitando, desse modo, a competição desmedida entre os Estados Membros e permitindo-lhes ter os meios de financiar os seus sistemas de previdência social de uma forma suficiente e mais equilibrada (longe de uma única base- -trabalho). Consideramos que a União Europeia deveria também estabelecer critérios de convergência sociais e fiscais no que se refere à pobreza infantil e ao desemprego de longa duração.

A UE deveria encorajar os seus Estados Membros a estabelecerem um nível mínimo de subsistência ou “salário básico”, tendo em conta as diferenças nacionais, assegurando, desse modo, um limite descendente aos efeitos da competição. A UE deveria prever o enquadramento para convenções colectivas de trabalho a nível da UE, abrangendo tópicos tais como as condições de trabalho, a formação, os salários; a Comissão da UE deveria ter competência para tornar essas convenções vinculativas para todas as empresas nos sectores em causa. A EU deveria também enriquecer a sua legislação sobre a não discriminação, especialmente no que se reporta a género, origem étnica, deficiências e orientação sexual.

Deveria também consolidar as normas de responsabilidade social das empresas com vista à promoção de um mercado mais socialmente e ambientalmente responsável.

## ***Direitos do Consumidor e Protecção da Saúde***

Os grandes sustos tidos nos últimos anos com os bens alimentícios e com a saúde (a encefalopatia espongiforme bovina, a dioxina, a salmonela, a contaminação por organismos geneticamente modificados e a MPA (acetato medroxy progesterona) abalaram a confiança do consumidor nos alimentos, especialmente no que toca à carne e à transformação dos produtos alimentares, mas também a confiança depositada na capacidade dos políticos em resolver os problemas. Embora a União Europeia tenha apresentado algumas propostas de longo alcance com vista a aumentar a segurança dos produtos alimentares em toda a cadeia alimentar, tais iniciativas não são suficientes e foram frequentemente bloqueadas ou atrasadas pelos Estados Membros. O consumo internacional e os mercados de excedentes necessitam de um enquadramento judicial de confiança e de uma relação responsável e confiante dos parceiros de mercado com vista a uma cultura de consumo justa, social e sustentável na Europa. Precisamos de encorajar e de informar os consumidores, de defender os seus interesses económicos e de saúde de modo a assegurar uma política económica europeia próspera.

O princípio de prevenção relativo à produção de produtos alimentares adoptado pela UE não deve limitar-se aos resíduos ou aos controlos dos produtos acabados efectuados apenas na última fase do respectivo processo. As normas verificáveis que garantem produtos alimentares saudáveis devem ser impostas continuamente e por toda a cadeia alimentar, desde o processo de produção, do cultivo e da forragem, até ao processamento final, incluindo os locais de trabalho e o ambiente. Estas normas são exigidas pelo regulamento sobre a agricultura biológica da UE e deverão ser no futuro aplicadas também à produção convencional de produtos alimentares, quer diga respeito à agricultura, às pescas ou à piscicultura. A produção em massa deve ser submetida a normas rígidas de modo a assegurar as condições apropriadas de acordo com as espécies.

### **De modo a tornar a comida melhor e mais saudável, é necessário**

- Limitar a produção agro-industrial intensiva, desincentivando a prática agrícola intensiva e a piscicultura intensiva através da imposição rigorosa de legislação de segurança em matéria de ambiente, de bem-estar dos animais e de produtos alimentares;
- Avaliar o impacto da piscicultura que utiliza alimentos de base animal sobre os stocks globais de peixes e a segurança alimentar dos países em vias de desenvolvimento;
- Impor normas que garantam a segurança alimentar, sem limitar a necessária flexibilidade de implementação necessária para manter e diversificar a produção regional e local de produtos alimentares;
- Alargar a definição de normas de qualidade de modo a incluir as diferenças amplas de cultura e de gosto a nível de produtos alimentares;
- Disponibilizar aos consumidores todas as informações pertinentes acerca da origem de um produto e acerca do modo como foi produzido mediante um regulamento da UE sobre informações ao consumidor;
- Controlar de forma eficaz a implementação de leis sobre produtos alimentares em todas as fases de produção de produtos alimentares;
- Aplicar o princípio de prevenção por toda a cadeia alimentar e estabelecer normas claras sobre responsabilidade civil;

- Estimular a escolha do consumidor por uma dieta saudável;
- Controlar o acondicionamento desnecessário de produtos alimentares e promover o acondicionamento amigo do ambiente.

Mas a qualidade dos produtos alimentares é apenas um dos aspectos que visa reforçar a saúde e os direitos do consumidor. A protecção do consumidor e da saúde pública deve estar presente em todas as políticas europeias (indústria, comércio, agricultura, regiões, produtos alimentares, etc.).

Os Verdes reconhecem a procura cada vez maior por parte dos consumidores do pluralismo médico, incluindo as medicinas alternativas. A UE deveria apoiar o pedido dos consumidores por uma maior liberdade de escolha e a sua procura por mais informação e opiniões entendidas.

### **Enfrentando o risco de uma nova epidemia**

Os Verdes reconhecem a relação entre o aumento das doenças, tais como as alergias e as infecções respiratórias, e a pressão crescente exercida sobre o nosso ambiente através da utilização de pesticidas, produtos químicos e outras substâncias poluentes.

Neste contexto, os Verdes estão empenhados em promover uma forte directiva sobre o REACH (registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas). A directiva aparenta ser largamente insuficiente ao nível do processo de controlo e ao nível da lista de substâncias perigosas. A contaminação tóxica provocada pelos produtos químicos e pela incineração de desperdícios tem de ser travada. Uma avaliação rigorosa dos riscos de segurança deve ser assegurada.

Somos ao mesmo tempo confrontados com novos surtos a nível mundial. A gripe das aves, a SIDA, a SARS, a Malária, estão a atravessar não apenas as fronteiras dos países mas também as fronteiras das espécies e a afectar os seres humanos. Em conformidade com os Tratados, a UE tem uma responsabilidade clara, juntamente com os Estados Membros, na prevenção de doenças e de enfermidades e na protecção da saúde humana.

Além disso, os Verdes apelam ao reforço dos direitos das organizações para a protecção do consumidor. As directivas relativas às vendas ao domicílio, ao crédito ao consumo, à venda à distância, aos pacotes turísticos, responsabilidade civil do fabricante do produto, deveriam ser reforçadas.

### ***Uma visão económica Verde para a Europa: Redefinição da economia de mercado através de princípios ecológicos e sociais***

Os Verdes são a favor de normas de competição na economia, desde que estas consistam de instrumentos destinados a alcançar um objectivo legítimo e justo, ao invés de serem elas mesmas um objectivo *per se*.

Os serviços de interesse geral, tais como a saúde, a educação e os transportes públicos, são os pilares de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. A Europa necessita de serviços fortes e modernos de interesse geral. Estes serviços são já responsáveis por mais de 35% do total do emprego na UE e são centrais para o desenvolvimento de uma economia bem

sucedida com base no conhecimento. É, por conseguinte, essencial que seja assegurada a existência de um crescimento na oferta pública e no consumo no que toca a estes serviços. Na total observância do princípio da subsidiariedade, as autoridades públicas a todos os níveis, que democraticamente respondem perante os cidadãos, devem ser livres de escolher a forma de financiar e de organizar tais serviços. Uma legislação europeia deveria conferir certeza jurídica a estes princípios.

Deve ser dado à empresa social e ao sector voluntário reconhecimento por parte das políticas da UE. Este sector da economia, que vai das cooperativas às pequenas empresas via muitas e variadas formas de organizações voluntárias, opera no quadro competitivo e cria muitos postos de trabalho em sectores inovadores e emergentes, tais como o ambiente e a prestação de serviços a indivíduos.

Os Verdes são a favor de um sistema económico misto de serviços públicos e de empresas privadas. A competição não é um objectivo e sim um instrumento destinado a melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços, que conduz a inovações e a preços acessíveis. Uma economia social e Verde significa que a competitividade deve ser compatível com a prossecução dos objectivos de interesse geral e, em particular, com a coesão social, com a protecção ambiental e com o comércio justo, fundamentos do desenvolvimento sustentável. Também significa que deveria ser compatível com uma maior influência dos trabalhadores sobre a política das suas empresas. Isto implica que, ao promover pequenas e médias empresas, a UE deveria incluir empresas sociais e cooperativas nestas políticas.

Existem limites ecológicos ao desenvolvimento económico. Isto é particularmente evidente à luz da questão energética e das alterações climáticas. Estando previsto que o ponto de viragem da dita crise do pico do petróleo ocorra nos próximos dez anos, a Europa necessita mais do que nunca de uma nova cultura energética europeia. A absorção maciça das fontes de energia renováveis é necessária, bem como alterações acentuadas nos estilos de vida, nos modelos de consumo, nos modos de transporte e nos esforços em termos de eficiência e de economia energética. Para além disso, um mercado energético europeu eficaz e competitivo requer a redução da concentração de mercado. Os instrumentos regulamentares, incluindo os instrumentos fiscais, deveriam ser utilizados de modo a encorajar o desenvolvimento de novos actores de mercado no sector da energia renovável. Similarmente, o desenvolvimento de uma economia com base no conhecimento deveria ser coerente com uma estratégia de desenvolvimento sustentável. A política de investigação e de desenvolvimento e a política de inovação deveriam concentrar-se nas tecnologias amigas do ambiente. Com efeito, a eco-eficiência é a característica mais evidente das economias modernas e avançadas. Também neste sentido, o mercado de energia nuclear é um exemplo a não seguir. Além das dramáticas implicações a nível ecológico e de segurança, vai contra a nossa concepção de interesse geral e contra a nossa ideia de competição. Em termos do preço de compra de urânio empobrecido, dos encargos envolvidos no acondicionamento de resíduos, bem como dos encargos gerados para tornar os locais seguros, o preço da energia nuclear é demasiado elevado.

Os instrumentos de política macroeconómica deveriam ser utilizados para satisfazer as necessidades da sociedade europeia. Através das mudanças ocorridas em Março de 2005, o Pacto de Estabilidade e Crescimento deveria prever mais adesão ao nível nacional, ao mesmo tempo que permitindo mais margem a nível da UE. O centro das preocupações deveria estar no investimento público e privado de modo a reduzir-se o desemprego. O que a Europa precisa é de fomentar as despesas públicas e privadas em tecnologias eco-eficientes, bem como a sua difusão na produção económica. A nova legislação de fornecimento de mercado também deveria ser utilizada para promover a procura de tais tecnologias. A política fiscal deveria igualmente estar ao serviço do desenvolvimento sustentável. A Europa necessita

de mais cooperação fiscal e não de competição fiscal de modo a preservar e a desenvolver os meios financeiros necessários às políticas públicas ambiciosas. A este respeito, é necessário que haja uma coordenação europeia de reformas fiscais ambientais e de tributação das empresas.

O orçamento da UE deveria ser levado a um nível que correspondesse às competências políticas da União. Não é possível implementar as políticas de desenvolvimento sustentável no contexto da Europa alargada com um orçamento limitado a 1% do PIB da UE. Similarmente, a distribuição destes encargos deveria ser novamente analisada de modo a satisfazer as necessidades prioritárias, incluindo a sustentabilidade, a inovação ambiental, a Política Estrangeira Comum e a Política de Cooperação para o Desenvolvimento.

### ***A Europa enquanto Actor para uma Globalização justa***

Uma abordagem puramente defensiva em direcção a uma globalização é um impasse. Nem um paradigma “adaptável” baseado na ideia de que a globalização é um fenómeno que surgiu fora da UE e ao qual a UE tem de se adaptar – nem um paradigma “protector” – baseado na ideia de que a UE (como um todo ou ao nível dos Estados Membros) deveria reduzir a sua participação na economia global através de barreiras contra a livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas – serve os interesses dos cidadãos da UE ou do resto do mundo.

Os Verdes defendem respostas mais ofensivas por parte da UE, cujo papel pode ser determinante na reorientação do processo actual de globalização em direcção a estratégias que possam ser sempre coroadas de êxito. Sendo já o maior actor económico do mundo, a UE deveria assumir por inteiro a sua responsabilidade a este respeito. Os Verdes exigem, por conseguinte, que a UE assuma o compromisso de diminuir o seu impacto negativo no ecossistema global. A escolha de uma estratégia eco-eficiente de longo alcance no seio da UE é um requisito para uma globalização justa.

Os Verdes exigem também que a UE assuma o compromisso de transformar os impactos sociais negativos da globalização em impactos sociais positivos, especialmente em países em vias de desenvolvimento. A UE deveria usar do seu peso económico para permitir a realização oportuna dos objectivos do Milénio da ONU e a observância dos direitos fundamentais dos trabalhadores. De modo a prevenir o ‘neo-colonialismo social’ este processo deveria ser desenvolvido em estreita cooperação com os países em vias de desenvolvimento.

Os Verdes encorajam os processos de integração regional - continental noutras partes do mundo com base nos valores democráticos e no pleno respeito dos direitos humanos (África, América Latina, etc.).

Os Verdes encorajam o desenvolvimento de serviços de interesse geral. Estão cientes do papel essencial desempenhado pelas autoridades públicas no desenvolvimento económico, quer na UE, quer fora da UE. As autoridades competentes deveriam ser capazes de optar pela não aplicação aos serviços públicos e aos serviços de interesse geral das regras de concorrência.

Os Verdes vêem na preservação e no aumento da eficácia das despesas públicas uma obrigação. Tanto na UE como fora da UE, as políticas fiscais e monetárias demasiado

restritivas apresentam obstáculos que impedem as autoridades públicas de dar resposta de forma adequada as necessidades sociais e ambientais.

Os Verdes encorajam uma política de investigação - desenvolvimento (I&D) que seja coerente com o desenvolvimento sustentável. A I&D e a inovação deveriam concentrar-se nas tecnologias amigas do ambiente; a investigação fundamental deveria pelo menos ser desenvolvida tanto como a investigação aplicada; quer na UE, quer fora da UE, a educação deveria ser uma prioridade.

A UE necessita de instituições adequadas de modo a ser um actor económico global. É impossível para a UE desempenhar um papel decisivo na reorientação do actual processo de globalização enquanto o quadro institucional não atribuir à UE as competências adequadas neste domínio. As competências conferidas à UE no que diz respeito às políticas comerciais (Artigo 133) necessitam de ser ampliadas de molde a incluir políticas em matéria de assuntos externos e a permitir uma política mais coerente na área financeira internacional. Acordos propostos nestes domínios necessitam de ser aprovados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. A um nível global, as políticas sobre economia, o desenvolvimento social e as questões ambientais necessitam de ser reguladas de forma coerente. Assim sendo, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) devem tornar-se pilares iguais do sistema da ONU com as mesmas regras democráticas de decisão. Para a OMC, tal precisa de resultar numa definição rigorosa dos serviços que se enquadram na norma da OMC. Os serviços públicos deveriam ser excluídos. Encorajamos as instituições da UE a esforçarem-se por facilitar o processo de reforma da OMC de uma maneira proactiva.

O comércio livre deve ser compatível com o comércio justo. Isto significa que os preços devem reflectir os verdadeiros custos sociais e ambientais associados à produção e ao transporte. Os Verdes promovem a ideia de restrição do acesso ao mercado europeu para bens cuja produção e/ou distribuição viole os requisitos sociais e ambientais básicos, tais como as convenções da OIT. Isto também significa que a Europa deve fazer de exemplo e parar com a sua superprodução de produtos agrícolas. Actualmente e com a ajuda de subsídios, inundam-se os mercados estrangeiros, incluindo os mercados dos países em vias de desenvolvimento, com o excedente.

A sustentabilidade deveria ser inerente a todas as políticas de desenvolvimento. Os objectivos de desenvolvimento devem basear-se nos princípios dos direitos humanos, na redução da pobreza, na prevenção de conflitos, na participação democrática e no fortalecimento do papel das mulheres na sociedade, bem como na eficiência energética, nos direitos do consumidor e na preservação do ambiente. A UE deveria concretizar o seu compromisso de aumentar os meios financeiros atribuídos aos países em vias de desenvolvimento. Uma “taxa do tipo Tobin” sobre o movimento do capital deve ser criada com o duplo objectivo de lutar contra a especulação financeira e de captar os fundos para o desenvolvimento. Dedicamo-nos a atingir o objectivo de 0,7% da Ajuda Pública ao Desenvolvimento por volta do ano de 2015, excluindo a amortização das dívidas dado o ser-se acreditado pela APD. O processo para atingir este objectivo deveria ser acelerado em todos os Estados Membros. Queremos que a UE se dote a ela própria dos meios e dos mecanismos necessários para combater o branqueamento de capitais, a fraude fiscal e a evasão fiscal, quer a nível europeu, quer a nível global.

## **Democracia, Diversidade e o Estado de direito**

Para os Verdes, a democracia é um valor fundamental. A democracia inclui uma representação equitativa, a participação dos cidadãos e instrumentos democráticos directos. Critica-se cada vez mais os limites do envolvimento democrático entre os cidadãos europeus. Os Verdes também exigem uma ampliação dos instrumentos de modo a permitir uma melhor participação dos cidadãos. Um instrumento que poderia tornar-se uma nova fonte de legitimidade democrática da UE e da sua constituição seria um referendo ao nível da UE. Um outro instrumento é a iniciativa popular que poderia forjar novas ligações transfronteiriças entre os cidadãos, as ONGs e os partidos políticos que poderiam participar de campanhas em conjunto. Na sociedade civil europeia, as ONGs que representam interesses sociais, culturais, legais e ambientais desempenham um papel importante. Deveria ser concedido a estes grupos um maior acesso à tomada de decisões políticas a nível da UE. Os Verdes apoiam, por conseguinte, as ONGs na obtenção de estatuto consultivo junto das instituições relevantes na sua área de trabalho e na obtenção de melhor acesso ao Tribunal de Justiça.

O crime organizado tem vindo a intensificar o seu envolvimento também no sector ambiental: a gestão de resíduos, as obras públicas e a construção, o gastar dos próprios subsídios da UE estão particularmente em risco, com tudo o que isso acompanha em termos de suborno, branqueamento de capitais e violação do Estado de direito. A UE deveria estabelecer unidades *ad hoc* de luta contra a máfia ecológica, apelar ao Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) para que este proceda do mesmo modo e lançar uma campanha de sensibilização sobre o Estado de direito ao nível da UE.

O acesso à cultura para todos, o reconhecimento e a protecção de todas as culturas e a promoção das línguas e das culturas europeias em toda a sua diversidade devem ser garantidos e facilitados pela UE.

O reconhecimento da nossa língua e da nossa cultura e a liberdade de praticá-las e ensiná-las são direitos fundamentais. As ditas culturas e línguas das minorias, que ainda existem nalguns territórios da UE, devem ser reconhecidas.

Embora nos dias que correm a cultura seja substancialmente uma questão de política nacional, os intercâmbios e a comunhão de experiências (*“cross-fertilisation”*) entre as várias culturas europeias representam uma oportunidade. Com vista a sensibilizar as pessoas para os benefícios da partilha desta diversidade cultural o mais amplamente possível, necessitamos de estabelecer intercâmbios culturais, tais como programas conjuntos entre cidades e aldeias europeias.

Com vista a ajudar a reforçar o sentimento de pertença a esta cultura europeia multiforme, devemos dar ao maior número possível de jovens a possibilidade de estudar num outro país europeu, quer se trate de cursos académicos, quer de cursos profissionais, aumentando substancialmente as verbas atribuídas aos programas de intercâmbio, tais como o Erasmus, o Sócrates ou o Leonardo.

## **Migração**

Ao longo da história, foi raro assistir-se a desigualdades tão grandes entre o Norte e o Sul, entre regiões mais ricas e mais pobres, e estas desigualdades tornaram-se mais manifestas

devido à globalização do comércio e ao fluxo de informação. Um grande número de migrantes arrisca as suas vidas na tentativa de chegar às costas europeias à procura de um nível de vida decente.

A União Europeia não está só a recusar legislar com vista à integração de migrantes que não possuem autorizações de residência, muitos dos quais são vítimas de tráfico de seres humanos, mas também a impelir os seus países de origem a fechar as suas fronteiras aos migrantes, recusando o direito à livre circulação consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Não importa o quão alto possa ser o muro construído ou o quão rígido possa ser o controlo fronteiriço realizado, os migrantes ilegais irão continuar a chegar, mesmo que seja só por haver na Europa uma procura da sua força de trabalho. Uma vez que a migração não pode ser travada, devemos deixar de encarar os migrantes como uma ameaça. Eles trazem consigo os seus talentos e a sua energia. Devemos arranjar os meios de regulamentar a migração, quer dando as boas vindas aos migrantes de uma forma decente, quer implementando uma verdadeira política de co-desenvolvimento com as suas regiões de origem.

Numa União sem fronteiras internas, isto requer uma abordagem ao nível da UE. A Comissão Europeia deveria apresentar e implementar um conceito de política coordenada nesta matéria. Os interesses dos países de origem dos migrantes trabalhadores devem também ser tomados em consideração, promovendo, por exemplo, formas circulares de migração por meio das quais os migrantes utilizassem as competências e o capital que tivessem adquirido na Europa para o desenvolvimento dos seus países de origem. A riqueza que o dinheiro que os emigrantes enviam para as suas famílias nos seus países de origem representa é de longe a maior fonte financeira desses países.

Além disso, a UE deveria destinar mais dos seus recursos à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento de estruturas democráticas permanentes nas partes mais pobres do mundo.

No que diz respeito à política europeia para os refugiados, o objectivo de assegurar o respeito pela Convenção de Genebra por toda a Europa falhou. Ainda assim, não há nenhuma outra alternativa para uma abordagem europeia. A única hipótese de inverter a espiral descendente é um novo processo legislativo mais democrático no qual o Parlamento Europeu possa exercer o seu direito de co-decisão recentemente adquirido.

Aqueles que procuram asilo devem ser tratados com dignidade e respeito enquanto aguardam pelos resultados dos seus pedidos. A solidariedade é precisa de modo a prevenir que alguns países da UE sejam sobrecarregados com esta tarefa enquanto que outros quase nada contribuem para a protecção dos refugiados. A Convenção de Dublin, estipulando que aqueles que procuram asilo devem apresentar o seu pedido no país através do qual tenham entrado na UE, deveria tornar-se mais flexível para os países vítimas de uma pressão excessiva. Deveria haver, em conclusão, um sistema europeu de asilo que fosse digno desse nome e que fosse verdadeiramente comum, financiado pelo orçamento da UE.

## ***Justiça***

A União Europeia tem um papel importante a desempenhar no combate ao crime e ao terrorismo transfronteiriços. Hoje em dia, contudo, a crescente cooperação a nível da justiça e da polícia passa demasiadas vezes os limites dos direitos fundamentais, tais como a

privacidade e o direito a um processo equitativo. Nas próximas décadas, a tecnologia será posta à disposição dos governos de modo a que estes possam colocar todos os seus residentes sob uma vigilância permanente. Os Verdes rejeitam uma tal sociedade *Big Brother*. A UE deveria ser um defensor dos direitos fundamentais. Estes incluem o princípio da não discriminação. Este princípio deveria ser imposto de forma rigorosa de modo a prevenir que os governos tratem segmentos inteiros das suas populações enquanto suspeitos de terrorismo. Se a Europa for capaz de defender as liberdades individuais e a tolerância, poderá tornar-se num íman, atraindo a si os talentos criativos vindos de todas as partes do mundo.

Os Verdes, por conseguinte, desejam que a Carta dos Direitos Fundamentais se torne vinculativa para todas as instituições da UE logo que possível. Também queremos que a Política Europeia de Vizinhança inclua sistematicamente uma componente de direitos humanos enquanto parte das atribuições da Agência dos Direitos Fundamentais da UE.

A UE também deveria aderir à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Legislação europeia no domínio da justiça e dos assuntos internos não deveria continuar a ser uma prerrogativa dos ministros nacionais, reunidos à porta fechada; deveria, isso sim, ser uma questão de co-decisão entre o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros. Contudo, a aplicação do método comunitário ao direito penal requer uma definição restritiva dos crimes relativamente aos quais a UE tem competência para resolver. Deveria ser tornado explícito o facto da luta contra as formas graves de criminalidade transfronteiriça não se estender a questões como, por exemplo, o aborto, a eutanásia voluntária ou a venda local de drogas leves. À medida que a União se expande, o mesmo acontece com a diversidade dos conceitos éticos entre os seus cidadãos. Uma UE que não respeite esta diversidade será entendida como sendo uma ameaça às liberdades nacionais e pessoais.

Uma vez implementadas as verificações e as garantias, a instauração de procedimento criminal relativamente a um conjunto bem definido de crimes transfronteiriços, tais como fraude contra o orçamento da UE, deveria ser confiada a um Procurador Europeu. Podemos mesmo considerar a introdução de um Serviço de Informações Europeu de modo a facilitar a cooperação entre os serviços nacionais que é, nos dias de hoje, lenta. O controlo democrático de tais agências deveria ser exercido conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pelos parlamentos nacionais. A estreita cooperação com o Conselho da Europa irá tornar a UE mais eficaz em matéria de direitos humanos. A UE deve ter assento no Conselho da Europa que, por sua vez, deve ser representado nos órgãos directivos da Agência dos Direitos Fundamentais.

## **CONCLUSÃO**

Nós, os Verdes Europeus, defendemos firmemente uma maior integração política da Europa.

Precisamos da UE pois esta demonstrou a sua capacidade em criar e em manter a paz entre os seus membros, quer dentro, quer fora da Europa e a paz não deve nunca ser considerada um dado garantido. Precisamos da UE, uma vez que responder aos desafios do aquecimento global e a outras ameaças ambientais está acima das capacidades de qualquer Estado, quando agindo sozinho. Precisamos da UE, uma vez que a competição desenfreada entre sistemas de segurança social nacionais leva a coesão social nos nossos países a ser arremessada para baixo. Precisamos da UE, uma vez que as doenças não conhecem fronteiras. Precisamos da UE com vista a encontrar a massa crítica para dar origem a uma nova – e mais verde - onda de criação de valores, respondendo-se, desse modo, ao

desemprego à larga escala existente nos nossos países. Precisamos da UE com vista a promover uma globalização mais justa, mais imparcial e que mostre mais respeito pela qualidade de vida de todos os habitantes do planeta, que cuide melhor do ambiente, que seja mais sensível à diversidade. Precisamos da UE, uma vez que é nossa responsabilidade comum – não apenas a dos Estados nas fronteiras actuais da União – dar uma resposta às migrações. Estes poucos – mas essenciais – exemplos tornam imperioso o agir em conjunto, de um modo integrado ao nível europeu.

Naturalmente, a União Europeia não é nem um fim por si só nem uma cura para todos os problemas da Europa – muito menos do planeta: alguns podem ser resolvidos a um nível inferior: local, regional, nacional; outros exigem uma abordagem verdadeiramente global. Mas, na nossa perspectiva, ninguém pode negar os feitos ou a relevância da União Europeia na resolução de algumas das questões mais cruciais que nós, enquanto europeus, enfrentamos.

A União Europeia encontra-se hoje numa conjuntura crítica. Se, por um lado, o tempo da fé inabalável dos fundadores tenha há muito passado, por outro, a capacidade visionária que presidiu à reunificação do continente após a queda do muro de Berlim esgotou a sua energia. A União está à deriva, guiada por uma Comissão sentinela; propostas e decisões são muitas vezes burocráticas e não demonstram grande interesse pelas preocupações sociais e ambientais das pessoas; o apoio popular à UE evaporou em demasiados sítios. A maioria dos governos dos Estados Membros ou estimulam uma cultura de competição em vez de uma cultura de cooperação no seio da UE ou então usam a UE como bode expiatório para decisões impopulares que querem ou têm de tomar a nível nacional.

De modo a tirar a UE do fosso, precisamos de um novo ímpeto. Isto exige pelo menos três grandes condições. A primeira é que os líderes políticos por todo o continente se desviem radicalmente das actuais, tacanhas e politicamente correctas atitudes euro-cépticas e reconheçam abertamente o valor acrescentado – com efeito, a necessidade indispensável – de uma União Europeia política. A segunda é que comecem a guiar a União no sentido desta lidar, de forma eficiente e eficaz, os principais desafios que nós, enquanto europeus e enquanto cidadãos da Terra, enfrentamos, tendo alguns desses principais desafios sido já acima mencionados. Por último e não menos importante, necessitamos que todos os actores sociais – ONGs, sindicatos – que estão mobilizados por essas questões e legitimamente preocupados com a aparente incapacidade e relutância por parte da actual liderança política da UE em lidar com estes desafios, encontrem formas de conjuntamente exercerem pressão de modo a forçar o surgimento das mudanças acima descritas.

Nós, enquanto Verdes Europeus, estamos preparados para estar à altura deste desafio. Também sabemos que não o conseguiremos sozinhos e que não temos todas as soluções. Outros nas cenas políticas e sociais têm uma visão, ideias e força para aplicar e precisaremos de unir forças de modo a moldar uma renovada União Europeia. O presente documento é a nossa contribuição para aquilo que deve ser um debate fundamental por toda a União – e também em cada país que possa vir a ser candidato à adesão -, para que se possa pôr novamente a União Europeia em movimento e, desse modo, dar à Europa um futuro socialmente e ecologicamente sustentável.